

# Meios de comunicação de massa e política: cartografia do poder familiar e controle dos meios de comunicação em um Estado da Região Nordeste

José Marciano Monteiro

## Introdução

A Teoria do Nepotismo, desenvolvida por um grupo de pesquisadores brasileiros (OLIVEIRA, 2001, 2012, 2015; VANALI, 2015; GOULART, 2015; MONTEIRO, 2016, 2017; ALVES, 2015; VALÊNCIO, 2015, et. al) tem possibilitado investigar e analisar uma variedade de objetos e sujeitos sociológicos. Trata-se de uma teoria que tem a *família* e as *redes e relações de parentesco* como centrais à análise. Esta teoria tem sido construída por meio de testes de hipóteses e vasta pesquisa empírica realizada no Núcleo de Estudos Paranaense – NEP. Núcleo coordenado pelo pesquisador Ricardo Costa de Oliveira<sup>1</sup>. Este que, por meio de investigações e pesquisas, tem inspirado nas últimas duas décadas, dezenas de pesquisadores dos mais variados estados da federação, no desvelamento das estruturas de poder e riqueza que se materializam nas famílias que controlam os orçamentos públicos e atuam em instâncias estratégicas de decisões nas mais variadas instituições da

---

1 Dentre as obras deste pesquisador destacam-se “*O Silêncio dos Vencedores (2001)*” e “*Na Teia do Nepotismo (2012)*”. Obras que retomam, a partir da década de 1990, um esforço científico de incluir a variável família como categoria central a análise da sociedade brasileira, buscando compreender as principais instituições da república tomando como objeto às famílias históricas e as redes de parentescos que se constituem no contexto da “república atual”, sem perder de vista as trajetórias dos grupos e as estratégias de inserções, dominação e reprodução de poder e riqueza. Destaca-se, ainda, o recurso à genealogia como método capaz de pensar exercícios de controle e dominação em longos períodos de duração por poucos e privilegiados grupos familiares.

“nova república”. Por meio de parentes ou agentes pertencentes a parentelas, estas famílias têm constituído redes muito complexas de ações e interações que envolvem desde as práticas de casamento às práticas e estratégias de reprodução do poder e de riqueza. A Teoria do Nepotismo tem possibilitado mapear redes de parentesco que atravessam instituições como Judiciário, Executivo, Legislativo, Mídia, Tribunais de Contas, Ministério Público, dentre outras; demonstrando, assim, a sintonia comportamental de diversos agentes – *habitus de classe* – e o *ethos* da classe dominante no Brasil.

Esta teoria que vem sendo construída por pesquisadores brasileiros tem possibilitado mapear redes de interesses que ultrapassam o disciplinamento do texto legal. Redes invisíveis que, sem o levantamento dos nomes dos indivíduos e genealogias familiares, dificilmente seriam explicadas. Através das ferramentas metodológicas (genealogias, diagramas de parentescos, análise de discurso, biografias, estatística descritiva, utilização de matérias jornalísticas dos blogs, dentre outras) utilizadas na Teoria do Nepotismo tem sido possível desvendar interesses de grupos econômicos, políticos e midiáticos, que se relacionam e interagem através de interesses comuns e *ethos* de classe.

A Teoria do Nepotismo, nesse sentido, constitui-se em uma perspectiva analítica crítica. Por meio dela tem buscado desvendar os interesses da classe dominante e as redes de agentes que interagem na relação estado-mercado, na constante tentativa de mascaramento de práticas e maximização de interesses privados, na cumplicidade com agentes do estado, o que, na maioria das vezes, tem se configurado em interesses escusos, movidos por práticas ilícitas que tipificam, de acordo com o código penal e o código de processo penal, condutas como sonegação de impostos, corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Condutas estas que se distanciam de práticas republicanas, e que, portanto, tem se perpetuado no contexto atual como um dos grandes problemas para o sistema político brasileiro e um desafio para a construção de uma sociedade republicana.

As categorias como *família*, *parentesco*, *genealogia*, *ethos*, *classe dominante*, *habitus de classe*, *capital político familiar*, *capital econômico*, *capital cultural*, *elite*, *distinção*, *espírito de família*, dentre outras, tem as-

sumido especial destaque nas investigações desenvolvidas pelos pesquisadores da Teoria do Nepotismo. Assim, tem sido testada a hipótese de que o pertencimento às famílias históricas que controlam considerável volume de capital econômico e/ou *capital político-familiar* é uma equação que resulta em benefício e privilégios nas mais variadas instituições que constituem o Estado brasileiro. Os “privilégios” vão dos atos de outorgas de *concessão* e/ou *autorização* para funcionamento de TV ou RTV, a facilidades de licitações e empréstimos em bancos públicos, a fundo perdidos, por agentes que tem acesso a informações privilegiadas.

*Mídia, política e família*, nesse sentido, caminham de braços dados no Brasil. É esta hipótese que a *Teoria do Nepotismo* tem buscado testar e demonstrar empiricamente. É provavelmente impossível pensar a representação política, no contexto da “nova república”, no âmbito dos estados da federação, sem a cumplicidade daqueles que controlam os meios de comunicação de massa. As antigas, porém, ressignificadas oligarquias, se antes se debruçavam sobre o controle da terra e da água (GURJÃO, 1994), atualmente também controlam os meios de comunicação de massa. Famílias tradicionais, além de controlar os orçamentos públicos municipais, terem herdeiros e representantes no Congresso Nacional (MONTEIRO, 2017), nas instituições estratégicas do Sistema de Justiça, também atuam controlando os meios de comunicações local e afiliadas das transmissoras de televisão nacional, no âmbito dos Estados.

Pesquisas e investigações tem se debruçado sobre os efeitos e a relação entre Mídia e Política (MIGUEL e BIROLI, 2017) na sociedade contemporânea. Porém, poucos têm sido os estudos sobre cartografias do poder midiático, demonstrando quem controla e quais são as famílias que ditam as regras dos editoriais e noticiários produzidos. Poucas pesquisas tem estabelecido a interface entre *Política, Meios de Comunicação de Massa, Parentesco e Famílias*. Logo, ainda são poucas as investigações que encaram a intersecção entre *Mídia e Política*, a partir de uma perspectiva teórica da Teoria do Nepotismo, tendo como enfoque a família e o parentesco, destacando a estrutura de poder e as relações entre agentes e famílias que controlam as instituições dos meios de comunicação e atuam instituições políticas representativas. Estes são os objetivos deste texto.

## Meios de comunicação de massa e imbricamento de interesses público-privados: famílias no centro do debate

A constituição do poder não depende de um indivíduo, mas da relação e da posição que este ocupa no espaço social em que se encontra (BOURDIEU, 2011). A lógica prática da estrutura do campo e de suas instâncias tem a capacidade de gerir e influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade. A mídia (limitando-me aqui Rádio e TV) no Brasil é controlada praticamente por poucas famílias. A maioria destas possuem agentes próximos ou parentes em cargos de representação. Estes agentes, quase sempre, estão bem posicionados na burocracia estatal, gerindo orçamentos, construindo leis nas câmaras legislativas, assembleias legislativas estaduais e nos cargos de representação da Câmara Federal e do Senado no contexto da “nova república”. Indivíduos que exercem influência significativa na construção de agendas, pautas e leis.

Por meio destes veículos de comunicação e de dominação se constroem visões e percepções sobre o mundo social no qual estão inseridos. Nesse sentido, vale destacar que os meios de comunicação de massa, como instância de poder, lidam com linguagens de forma opaca e carregada de múltiplos sentidos. Apresentam-se, na órbita do mundo social, como constituidores de discurso de verdades, imprimindo nos cérebros dos telespectadores e ouvintes interesses particulares, muitas vezes, do grupo que controla, como sendo interesse público e universal (BOURDIEU, 1997; 2005). Invertendo-se, portanto, e subjungando a opinião pública ao crivo da opinião privada que se transveste em opinião de todos. Com isso, impõem seletivamente interesses privados como interesse de todos; interesse particular como universal. Noutros termos, o mundo construído pela mídia, embora fragmentado, recortado pelo olhar do editor e pelos interesses do grupo que o controla, é transmitido como um todo integrado. Os meios de comunicação de massa produzem percepções opacas, interesses particulares de poucas famílias, transmitido como percepção geral (leia-se aqui universal) da realidade.

A seleção e a construção da notícia, nesse sentido, são elaboradas a partir de vários interesses e apresentadas à maioria dos leitores e espectadores, com vistas a convencê-los de que tais informações expressam à realidade, quase sempre, em sua totalidade, a concepção verdadeira da realidade. O discurso proferido por jornalistas nos meios de comunicação de massa assume a configuração de discursos de verdades, legitimado, quase sempre, sobre o manto da (im)parcialidade. É preciso destacar que a lógica de produção social capitalista, através dos meios de comunicação, produz informações concebidas pela lógica empresarial, que tem por finalidade fabricar um produto para o consumo, na ambiência dos valores culturais do contexto em que está inserida. Tais meios de comunicação de massa, por assim dizer, exercem relevância ímpar na construção da “opinião pública”, influenciando escolhas, percepções e gostos. Controlar estas instâncias de produção de informação e notícias tem sido fundamental para os interesses daqueles que atuam na arena política no Brasil.

Sendo um instrumento de comunicação e de dominação (BOURDIEU, 1998) o aparato dos meios de comunicação no Brasil se constitui pelos institutos jurídicos da *concessão* e *autorização*, na estreita relação entre interesses privados e interesses públicos. Historicamente quem tem acesso à *concessão* e *autorização* para funcionamento de TV e Rádios, tem também sob seu controle uma máquina de produzir notícias. Negócio extremamente rentável, principalmente em sociedades na qual a política e a mídia se transformam em negócio de família. As concessões – atos de outorgas do poder público – são possíveis pelos mecanismos de votação no Congresso. O que tem permitido privilégios e beneficiamento para determinadas famílias. Estas que, em sua maioria, estão acobertadas legalmente por normas que foram construídas para garantir privilégios e benesses do Estado. Sabe-se que, no mundo prático, os meios de comunicação de massa funcionam como mecanismos de divulgação dos interesses daqueles que detêm força política e poder econômico. Agendas são construídas para garantir a perpetuação dos privilégios de determinados grupos pertencentes à classe dominante no país.

Em períodos eleitorais é comum observar o uso indevido, às vezes ilegal, dos meios de comunicação de massa em prol de beneficiamento de candidatos, vinculados aos interesses dos proprietários dos meios de comunicação. Não há editorial que defina que torne clara a filiação político-ideológica do proprietário da transmissora de rádio ou TV. Isto é, não fica nítido, a priori, qual partido ou grupo político as emissoras e transmissoras de informação e imagens dão sustentação ou apoiam. Todavia é possível identificar, através da análise de discursos, a posição político-ideológica do grupo e os interesses que envolvem as escolhas de tais notícias e de tais roteiros jornalísticos. Algumas pesquisas na área de análise de discurso têm demonstrado os interesses e agendas que envolvem a escolha das manchetes e das notícias que deverão ser circuladas, com temas e abordagens específicas. Tem sido possível também através de recortes discursivos – e pela formação discursiva – constatar como operadores de veículos de comunicação, vinculados a grupos e partidos políticos, tomam decisões e assumem posturas condizentes aos interesses daqueles que lhes financiam. O que tende a reforçar a hipótese de que o *lobby* de empresas de comunicação se torna efetivo para a defesa dos interesses dos grupos que atuam no campo midiático e da política no Brasil.

O processo de *autorização* para o funcionamento de Radiodifusão se dá pelo Ministério das Comunicações. Este tem se constituído, em sua dimensão fática, um balcão de relações clientelísticas na distribuição de Rádios<sup>2</sup>. Pertencer à família poderosa econômica e/ou politicamente falando, tornam-se, quase sempre, critérios essenciais para, na prática, indivíduos serem agraciados com atos de outorgas de autorização. Características que pode ser destacada no Brasil no que tange os meios de comunicação de massa, aparato midiático<sup>3</sup> concedido ou autorizado, e que tem servido de moeda de troca entre o governo federal e determinados agentes situados no setor privado e, com especial destaque, agentes que atuam na arena política. Rádio e Televisão, no Brasil, transformaram-se em máquinas de vender notícias e difundir

2 Conforme. LIMA & LOPES, 2007.

3 Consultar: LOPES & LIMA, 2007.

valores seletivamente. A seleção das notícias e de como estas devem ser apresentadas, quase sempre, perpassam pelos recortes de interesses dos grupos que a controla.

Sendo o Congresso Nacional responsável pela apreciação dos atos de outorga e de renovação de outorga de radiodifusão, a propriedade e a direção de emissoras de rádio e televisão, destaca-se que, normativamente, atos de outorgas de *concessão* e de *autorização* de serviços de comunicação são incompatíveis com a natureza do cargo político. Por outra dimensão, constata-se, na realidade fática, o controle consubstanciado em práticas vinculadas ao universo político, permeadas por interesses privados sobre os interesses públicos. Como se diz no jargão popular é o processo de *“legislar em causa própria”*. Isto conduz notoriamente aos conflitos de interesses. Agentes que atuam no mercado e possuem familiares e parentes inseridos nos espaços políticos, disputam por meio de seus prepostos arenas que possibilitam ampliar o patrimônio privado na relação e no acesso ao patrimônio público.

A título de exemplo, entre 1985 e 1998, o presidente da República José Sarney concedeu inúmeras licenças de emissoras de rádios e TV para empresas ligadas a parlamentares federais. No governo de Fernando Henrique Cardoso, até setembro de 1996, foram autorizadas 1.848 licenças de RTV<sup>4</sup>, repetidoras de televisão, sendo que 268 para entidades e/ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição<sup>5</sup>. Estudos recentes acerca deste fenômeno têm destacado que o poder da mídia extrapola a órbita da comunicação. Insere-se na lógica da imposição de visões e percepções de mundo, na lógica da dominação. O poder midiático e o poder político imbricam-se no Brasil<sup>6</sup>. Dificilmente existem estados da federação que não tenham emissoras de rádios e TV que não estejam sob o controle de polí-

4 Ver LOPES, & LIMA, 2007.

5 Conforme STADNIK, 1991.

6 Conforme o projeto “Donos da Mídia”, que cruzou informações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre os anos 1987 e 2008, levantou que, até 2008, 271 políticos estavam ligados, direta ou indiretamente, em negócios com 324 empresas de comunicação. A pesquisa também atentou na época, para o fato de que o governo José Sarney (1985-1990) foi o campeão de outorgas de rádio e TV: 527 concessões e permissões de emissoras de rádio e TV e, a maior parte das concessões foi para parlamentares que, de acordo com a pesquisa, “posteriormente votaram pela aprovação do quinto ano de seu mandato”.

ticos ou empresários que atuam ou mesmo apoiam diretamente agentes políticos. Geralmente estados e municípios dividem-se em duas forças que controlam cada qual: meios de comunicação, cartórios, orçamentos públicos, empresas, dentre outros. O que dificulta e às vezes impossibilita a construção de forças políticas alternativas.

Sendo um dos instrumentos fundamental à produção da “opinião pública”<sup>7</sup> e à docilização dos corpos e das mentes nas sociedades contemporâneas, a mídia se torna fundamental à produção de informações e notícias condizentes aos interesses dos grupos que a controla. É sempre bom lembrar que “*os dominados são dominados também em seu cérebro*”.<sup>8</sup> O que se pretende com este texto é, com base nos fundamentos teórico-metodológicos da Teoria do Nepotismo, apresentar, a partir de uma Cartografia dos Meios de Comunicação da Paraíba (Rádios e as TVs) são controlados por indivíduos que mantêm relação e/ou estão posicionados no campo político.

A hipótese que pretendo testar é que os Meios de Comunicação de Massa na Paraíba (detendo-me às Rádios e às TVs no Estado) estão fortemente submetidos ao controle proprietário de agentes que atuam ou mantêm relação direta com o campo político, demonstrando, assim, que o campo midiático, embora tenha suas regras próprias, não é tão autônomo, como sugere a literatura sociológica, em relação ao campo político no Estado da Paraíba, hipótese que pode ser testada em outros estados e municípios da federação.

A Constituição Federal de 1988 é objetiva em seu artigo 54 no que diz respeito à proibição da concessão de frequência em rádio e TV. Entre outras coisas, diz a legislação, o parlamentar não pode ser dono de “concessionária de serviço público”. Porém, a realidade é bem distinta do texto constitucional e inúmeros deputados e/ou familiares são donos de Rádios e TV, o que configura abuso de poder, já que os detentores de meio de comunicação expressam a partir de posições políticas, o que lhe favoreçam, deixando os adversários em pé de desigualdade na disputa eleitoral.

7 Ver texto “A opinião pública não existe” de Pierre Bourdieu (1973).

8 Conforme BOURDIEU, 1997, p.57.

A democracia tem como sustentáculo a comunicação. Aqui reside a importância do debate sobre a democratização do controle dos meios de comunicação e das informações que são veiculadas. A mídia (leia-se aqui os meios de comunicação de massa) é um *locus* essencial para construção de agendas e pautas coletivas. Por meio dela se alimenta as pulsações democráticas. O contrário também pode ocorrer. Quando concentrada e controlada sob as posses de poucas famílias ou grupos de interesses, os meios de comunicação de massa podem se tornar empecilhos, pedra no meio do caminho, parafraseando o poeta, para a construção de um Estado e mais ainda uma sociedade democrática. Os meios de comunicação democratizados tornam-se órgão de controle e de transparência essenciais às sociedades e Estados democráticos. Democratizar estes meios é condição imprescindível para democratizar a democracia. O problema é que a mídia, no Brasil, está submetida a uma dupla influência que impede a democratização do Estado e da Sociedade:

1) a pressão econômica, através da concentração do poder e capital econômico, de agentes que a controlam;

2) a pressão política, exercida por parlamentares (que embora seja inconstitucional o controle de Rádios e TVs no Brasil por agentes políticos, na prática familiares e parentes tem demonstrado ser plenamente possível, quando se tem órgãos de controle como as Agências que são aparelhadas por políticos e familiares) proprietários das empresas de comunicação.

Os Meios de Comunicação de Massa no Brasil, da esfera local a esfera nacional, mantêm relação umbilical com agentes que atuam na arena política e no mercado. Parcelas significativas das *concessões* e das *autorizações* são destinadas aos grandes pecuaristas, usineiros e empresários, que se dividem entre atividades partidárias e empresariais. A tônica das políticas de comunicação clientelistas de diversas gestões presidenciais acentua o caráter concentrado da informação e da estrutura de comunicação de massa no Brasil. Tais quais os meios de produção material, como a terra e a indústria, os meios de produção simbólica – Rádio e TV – segue o padrão de concentração.

Uma das gestões que se tornou referência no que diz a relação entre política de concessão/autorização para políticos, conforme já mencionado, foi na gestão do governo José Sarney, tendo Antônio Carlos Magalhães como Ministro das Comunicações. Nessa gestão, ocorreu verdadeira “fábrica de concessões”. Os critérios de distribuição se caracterizaram pelas trocas de concessões e autorizações de Rádio e TV para agentes e/ou familiares de agentes que atuam na arena política.

Em matéria veiculada em Revista de circulação nacional<sup>9</sup>, com base em consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – (Siacco) da Anatel, destaca-se que um número significativo de deputados federais e senadores é sócio de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão. Os parlamentares pertencem aos quadros dos mais variados partidos da “nova república”. A matéria destaca os seguintes deputados federais Adalberto Cavalcanti Rodrigues, PTB-PE; Afonso Antunes da Motta, PDT-RS; Aníbal Ferreira Gomes, PMDB-CE; Antônio Carlos Martins de Bulhões, PRB-SP; Átila Freitas Lira, PSB-PI; Bonifácio José Tamm de Andrada, PSDB-MG; Carlos Victor Guterres Mendes, PMB-MA; César Hanna Halum, PRB-TO; Damião Feliciano da Silva, PDT-PB; Dâmina de Carvalho Pereira, PMN-MG; Domingos Gomes de Aguiar Neto, PMB-CE; Elcione Therezinha Zahluth Barbalho, PMDB-PA; Fábio Salustino Mesquita de Faria, PSD-RN; Felipe Catalão Maia, DEM-RN; Felix de Almeida Mendonça Júnior, PDT-BA; Jaime Martins Filho, PSD-MG; João Henrique Holanda Caldas, PSB-AL; João Rodrigues, PSD-SC; Jorginho dos Santos Mello, PR-SC; José Alves Rocha, PR-BA; José Nunes Soares, PSD-BA; José Sarney Filho, PV-MA; Júlio César de Carvalho Lima, PSD-PI; Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi, PMDB-SP; Luiz Gionilson Pinheiro Borges, PMDB – AP; Luiz Gonzaga Patriota, PSB-PE; Magda Mofatto Hon, PR-GO; Paulo Roberto Gomes Mansur, PRB-SP; Ricardo José Magalhães Barros, PP-PR; Rodrigo Batista de Castro, PSDB-MG; Rubens Bueno, PPS-PR; Soraya Alencar dos Santos, PMDB-RJ, dentre outros são sócio de

empresas prestadoras de serviços de radiodifusão. Também é possível identificar que, além de deputados federais, senadores, configuram-se como sócios proprietários de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão a exemplo de Acir Marcos Gurgacz, PDT-RO; Aécio Neves da Cunha, PSDB-MG; Edison Lobão, PMDB-MA; Fernando Affonso Collor de Mello, PTB-AL; Jader Fontenelle Barbalho, PMDB-PA; José Agripino Maia, DEM-RN; Roberto Coelho Rocha, PSB-MA e Tasso Ribeiro Jereissati, PSDB-CE.

Esta prática tem si constituído no *modus operandi* no que tange a atuação da elite política no Brasil. Tão expressivo é o controle dos Meios de Comunicação de Massa (rádios e TVs) que no imaginário da população brasileira acredita-se ser permitido constitucionalmente político ser proprietário de Rádios e TVs. A prática o naturalizou de tal forma que é possível constatar a perversa equação antidemocrática: foi “chefe político” local tem sob seu controle uma rádio. É como se o “chefe político” fosse agraciado com um instrumento de comunicação que possibilitasse divulgar as ações e os eventos de sua família. Tornou-se possível, inclusive, andar por este Brasil se perguntando quem é o prefeito municipal e quem da sua família ou parente que controla uma das rádios do município. O cidadão comum, nesse sentido, já se acostumou a ver “nomes de famílias tradicionais” da política local também como os proprietários dos Meios de Comunicação de Massa em seus Estados. Não à toa, os “coronéis da mídia” substituíram os antigos “coronéis”, e hoje dominam o espaço público da comunicação em todo o país. Além de dominar o corpo, dominam os cérebros. Há muitos anos, organizações que defendem a democratização dos meios de comunicação e o respeito à Constituição denunciam esta prática. Não só porque constitucionalmente é proibido, mas porque seus efeitos para a democracia são óbvios: favorecimento político, interferência no debate de ideias, violação do direito de acesso à informação, maculação de eleições livres, entre tantos outros. Esta forma de configuração de poder perpassa praticamente todos os Estados da Federação.

9 Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novo-alvo-do-mpf-os-politicos-donos-da-midia-3650.html> Acessado em 28 de fevereiro de 2017.

## Cartografia do poder familiar e controle dos meios de comunicação em um estado da região nordeste

As famílias que, historicamente, atuam política e/ou economicamente as micro e mesorregiões do Estado da Paraíba, controlam, também, em grande medida, os meios de difusão e distribuição das informações. O Estado da Paraíba torna-se essencial para se pensar a forma como o poder político se estrutura por meio de redes que perpassam pelas principais instituições da máquina estatal, e faz uso delas para garantir-lhes concessões e autorizações de Rádio e Televisão. Como reflexo dessa realidade, vários políticos ou parentes dos políticos têm, em seus nomes, concessões de radiodifusão no Estado. Agentes políticos (empresários e/ou famílias políticas) foram e/ou são privilegiados pelas outorgas de autorização e de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Se computarmos nessa conta os políticos sem mandato, seus filhos ou parentes, a lista praticamente coincidiria com aquela disponibilizada no portal do Ministério das Comunicações. O que só atesta a força do *capital político-familiar* e do capital econômico (MONTEIRO, 2017) exercida pelos indivíduos pertencentes às tradicionais famílias que representam a “população” e que atuam na máquina do Estado.

Ao investigar o campo político da Paraíba e os indivíduos que, ao longo da história, ocuparam e ocupam cargos eletivos e de representação no Estado e nos municípios, ver-se-á que muitos controlam o aparato dos Meios de Comunicação de Massa, por meio de parentes ou alguém que se encontra na parentela<sup>10</sup>. A democracia liberal possibilita que o subalterno e as classes populares falem, mas, muitas vezes, com a linguagem e o código legítimo dos dominantes. O que consiste afirmar que a fala do subalterno permanece subalterna. Submetida a dilemas

10 A mídia, assim, passa a funcionar como instrumento de comunicação e de dominação. Uma forma de controle sobre os cérebros. Principalmente, daqueles que, historicamente, são desprovidos de capital econômico e cultural. Os quais se tornam, muitas vezes, reféns das concepções de mundo produzidas pelas elites. Aos grupos dominados resta, quase sempre, a opção entre insistir em sua dicção própria – gerando um discurso com pouca legitimidade no campo, portanto, potencialmente menos efetivo – ou mimetizar os modos dominantes, traindo a experiência vivida que se deseja expressar, e contribuindo para a reprodução das estruturas que excluem a eles próprios. Ver: BOURDIEU, 1979, p.538.

que as falas dominantes – e principalmente daqueles que controlam o aparato midiático – não precisam enfrentar<sup>11</sup>. Pode-se afirmar que a concentração do capital político, própria dos regimes representativos nos quais o poder de participar efetivamente das discussões e de tomar as decisões fica monopolizado por um grupo restrito de indivíduos, é, em si mesma, geradora de desigualdade.

Na Paraíba os agentes políticos, pós-redemocratização, e, ainda, no período de transição, apropriaram-se – por meio do Estado – das *concessões e autorizações* de outorgas para executar o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Pode-se constar no estado uma Cartografia do Poder Político e do Poder Midiático. Tornou-se possível, por meio da Cartografia, mapear os agentes que atuam no campo política e que controla, em certo sentido, seus territórios de atuação, por meio de diversas práticas que vão do *empreguismo, patronagem, clientelismo, nepotismo*, - estas gramáticas políticas – ao controle dos Meios de Comunicação de Massa, que permitem circular informações que os promovam.

Realizando uma cartografia<sup>12</sup> do poder político e do controle dos serviços de radiodifusão no estado, vê-se que o deputado federal Damião Feliciano (PDT), esposo da atual Vice-governadora, Lígia Feliciano (PDT), é sócio da Rádio Santa Rita e da Rádio Panorâmica. Rádios situadas no maior município do interior da Paraíba – Campina Grande – e que tem uma abrangência sobre a região da Borborema onde está localizado o município. Damião Feliciano é também proprietário da União de Ensino Superior de Campina Grande (UNESC)<sup>13</sup>.

11 Ver: Idem, 1979.

12 Cartografia aqui apresentada não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações; diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas; desdobra-se no tempo, mas também no espaço.

13 A União de Ensino Superior de Campina Grande - UNESC, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no MF sob o N° CNPJ nº 03.890.380/0001-75, é uma sociedade civil com fins educacionais, mantenedora da FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC - CG. A Faculdade de Campina Grande - FAC - CG é um estabelecimento particular de ensino superior, credenciada conforme a Portaria MEC n.º 2.000, de 22 de julho de 2003, com autorização para oferecer 2 (dois) cursos: o de graduação em Administração, com Habilitação em Gestão de Pequenas e Médias Empresas e Ciências Contábeis. Em 2004, mais 6 (seis) cursos foram autorizados a funcionar: Ciência da Computação, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Direito. No final de 2008, a instituição teve mais dois cursos autorizados pelo MEC: Curso Superior Tecnológico em Gestão Comercial e o Curso Superior Tecnológico em Marketing. <http://www.unescfaculdade.com.br/historico.php> Acesso em 10/11/2015.

No município de Patos, um dos mais populosos do sertão paraibano, o controle político da comunicação e das informações se confunde com a árvore genealógica da família, cujo tempo de administração da cidade é de 35 anos. A ex-prefeita, Francisca Mota, é sócia da rádio Itatiunga, ao lado do seu ex-genro, o ex-prefeito da cidade Nabor Wanderley Filho (PMDB). O mandato do Deputado federal Hugo Mota (PMDB) também é um legado da família. Hugo Mota (PMDB) é neto de Francisca Mota (PMDB) ex-prefeita e de Edvaldo Fernandes Mota, ex-deputado federal, também sócio da rádio, e de Nabor Wanderley, ex-prefeito, atualmente Deputado estadual. Hugo é filho de Nabor Wanderley Filho, também ex-prefeito e atual Deputado estadual.

Os Wanderley ainda têm representação familiar na Assembleia do Estado através de Dinaldo Medeiros Wanderley Filho (PSDB) ou Dinaldinho. Filho dos ex-deputados Dinaldo Medeiros Wanderley<sup>14</sup> e Edna Wanderley, disputou o cargo de prefeito de Patos antes das eleições de 2014, onde conquistou uma cadeira na Casa de Epitácio Pessoa. Atualmente é o prefeito de Patos-PB. O seu pai também foi prefeito de Patos por dois mandatos (de 1996 a 2000) e reeleito (de 2000 a 2004). Trata-se de agentes políticos familiares que disputam o controle do município no interior do grupo familiar. Disputas realizadas entre indivíduos do mesmo tronco familiar. Wanderley, Sátiro, Ayres, Nóbrega, Medeiros e Gayoso, segundo o historiador José Octávio (1996), descendem do Major Miguel Sátiro e Sousa e Capitulina Ayres Sátiro e Sousa, pais do ex-governador Ernani Sátiro e Sousa, que comandou a política de Patos durante décadas, desde o início do século XX.

Próximo a Patos se encontra o município de Santa Luzia que está localizado na região do Seridó Ocidental Paraibano e integrante da Região metropolitana de Patos. Efraim Morais<sup>15</sup> (DEM), ex-deputado

14 Nascido em Patos, em 20 de junho de 1950. É formado em Economia, em 20 de dezembro de 1975, pela Fundação Francisco Mascarenhas, de Patos, e em Direito, em 25 de julho de 1980, pela Universidade Federal da Paraíba, Campus de Sousa - UFPB/Sousa. Foi nomeado, em 1981, Titular do Cartório do 2º Ofício de Serviço Notarial e Registral de Patos. Casou, em junho de 1973, com Édina Guedes Wanderley, sua conterrânea, nascida a 12 de dezembro de 1950, filha de Evaristo Medeiros Guedes e Francisca Pereira Guedes. Ela formou-se em Economia, em 1977, e em História, em 1980, pela Fundação Francisco Mascarenhas, de Patos. O casal tem quatro filhos, entre eles, Dinaldo Medeiros Wanderley Filho, nascido em 1977.

15 No final de seu mandato como primeiro secretário do Senado, Efraim (DEM) autorizou o

estadual, ex-deputado federal e ex-senador e Secretário de Infraestrutura do Estado, pai do deputado federal Efraim Filho (DEM), é sócio da Rádio Vale do Sabugi, em Santa Luzia, cidade natal, onde seus parentes exercem o domínio político local. O ex-prefeito de Santa Luzia é o primo de Efraim (DEM), Ademir Morais (DEM). Este foi deputado estadual por quatro mandatos. Ademir Morais é filho de Arlindo Bento de Morais e Luzia Maria de Medeiros Morais. Arlindo Bento é irmão de Inácio Bento de Morais, pai de Efraim Morais (DEM), ex-senador pelo Estado da Paraíba. Inácio Bento foi Prefeito da cidade nas décadas de 1940 e 1960.

Cajazeiras, município pertencente à Mesorregião do Estado, situado no alto sertão da Paraíba, e sétimo em número populacional do Estado, é abrangido pela Rádio Progresso de Sousa FM. Tal veículo de transmissão, de inculcação de valores e formas de percepção de mundo, tem como sócio João Virgínio de Sousa, o João Cazé, ex-vereador do município; Homero de Sá Pires, ex-prefeito da cidade de Santa Cruz, na década de 1960, esposo de Fátima Pires<sup>16</sup> e pai do deputado Lindolfo Pires Neto, este está no quinto mandato de deputado estadual. Lindolfo Pires é neto de Zabilo Gadelha, irmão de Zé Gadelha e neto de Lindolfo Pires Ferreira Júnior (Nozinho), que foi deputado por três vezes. São famílias de políticos tradicionais no município de Sousa. José Marques Mariz é outro sócio da Rádio Progresso de Sousa FM. Este é neto de José Marques da Silva Mariz<sup>17</sup>. Atualmente a família tem como

pagamento de horas extras a 3.883 funcionários durante o recesso, uma despesa que atingiu 6,2 milhões de reais. Os funcionários não assinavam ponto, sendo impossível apurar quem efetivamente trabalhou. Além disso, foi o responsável pela proposta de criação de 97 cargos no Senado sem concurso, com remuneração próxima de 10 mil reais, proposta abortada com a divulgação do caso na imprensa. Também foi um dos campeões de nepotismo no Senado, tendo empregado em seu gabinete, antes da edição da súmula vinculante de nº 13 do STF que proibiu a prática nos Três Poderes, pelo menos, sete familiares, além de seis parentes de aliados políticos. E a política segue circulando nas veias da família, o seu filho Efraim Filho (DEM) é atualmente deputado federal e foi candidato a vice-prefeito da capital do Estado em 2012. Cf. Revista IstoÉ, 18 de março de 2009, p.57

16 Fátima Pires é filha de Zabino Gadelha, sobrinha de Zé Gadelha, e neta de Manoel Gadelha, prima legítima do deputado estadual Renato Gadelha e do deputado federal Marcondes Gadelha. Prima, em segundo grau, do atual prefeito de Sousa, André Gadelha, e mãe do deputado estadual Lindolfo Pires Neto. Cf. CORREIO DA PARAÍBA, 29/04/2007, em artigo “**Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba**”, escrito por Adelson Barbosa dos Santos.

17 José Marques da Silva Mariz foi interventor federal na Paraíba, no período de 27 de dezembro de 1934 a 21 de janeiro de 1935, precedido por Gratuliano da Costa Brita e sucedido por Argemiro de

representante na Assembleia o deputado estadual Gervásio Agripino Maia (PMDB).

A Rádio “Alto Piranhas”, em Cajazeiras, é uma sociedade de Maria Antonieta de Albuquerque, José Antônio de Albuquerque, filho de Francisco Arcanjo Albuquerque, que, apesar de falecido, ainda figura como sócio da rádio para o Ministério das Comunicações. Zé Antônio, atualmente é professor universitário e foi cotado a vice-prefeito da cidade em 2012, mas não se candidatou, apesar de filiar-se ao PSD. Já a Rádio Oeste, de Cajazeiras, é propriedade de José Nello Rodrigues, conhecido como Zerinho, que foi prefeito da cidade durante o período de 1993 a 1997. Seu filho, José Arlan Silva Rodrigues, também é sócio e foi Secretário de Pesca e Agricultura, do município de Cabedelo no litoral da Paraíba.

Em Pombal, a posse dos meios de comunicação também coincide com a política. São os Pereira Lima que detêm o controle da concessão da Rádio Maringá, desde 1982. Na lista atualizada em janeiro de 2013 pelo Ministério das Comunicações, o deputado federal Aduino Pereira Lima, já falecido, permanece como sócio da Rádio Maringá de Pombal, ao lado do seu irmão Aécio Pereira, também falecido. Aduino foi deputado federal de 1983 até 2003, quando morreu. O pai deles foi prefeito da cidade por três mandatos. Já Aécio foi deputado de 1975 a 1983. Em artigo escrito por Janaine Aires (2013)<sup>18</sup>, dez membros da família Gadelha dividem a sociedade das duas importantes rádios do município de Sousa. A Rádio Jornal de Sousa e o Sistema Regional de

---

Figueiredo. Pertence à tradicional família do ex-governador da Paraíba Antônio Mariz (PMDB). José Marques da Silva Mariz é irmão Angelina Mariz Maia, esta esposa de João Agripino de Vasconcelos Maia (II). José Marques da Silva Mariz é tio de João Agripino (III). João Agripino (III) foi deputado federal, senador, governador do Estado da Paraíba, Ministro do Tribunal de Contas da União, além de ter sido o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia no governo Jânio Quadros. Além de João Agripino III, o casal teve 11 filhos, o primeiro dos quais uma mulher, batizada com o nome de Sílvia Mariz Maia. Agripino foi o segundo registrado como João Mariz Maia. O terceiro foi Tarcísio de Vasconcelos Maia (já não consta o Mariz no sobrenome da mãe), seguindo-se, Antônio Marques Mariz Maia, Fábio Mariz Maia e Otávio Mariz Maia – **Mariz** da mãe e **Maia** do pai. [...]. Seu pai era próspero proprietário rural, dono de fazenda em Brejo do Cruz e um engenho em Catolé do Rocha e chefe político de Brejo do Cruz e Catolé do Rocha”. Ver: RAMOS, 1991, p.23. Consultar também: CITTADINO, 2006.

18 Ver: OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

Comunicação, cujo nome fantasia é “Rádio Líder FM”. A família não controla apenas as rádios, mas também o poder político local. Trata-se de uma tradicionalíssima família, herdeira de patrimônio político familiar e de grandes extensões de terras na região. Detentores de enorme volume de capital econômico e político, a família teve vários representantes políticos. A estratégia da família sempre foi fazer quadros para o controle político do município de Sousa. E inserção – a partir do poderio construído na região de atuação política – nos órgãos estratégicos de representação política estadual e federal, leia-se Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados.

Salomão Gadelha<sup>19</sup>, um dos herdeiros, já falecido, foi prefeito da cidade. Até bem pouco tempo o seu parente André Gadelha (PMDB) foi prefeito do município de Souza, deixando o cargo ao perder a eleição em 2016. Lafayette Gadelha, filho de Salomão Gadelha, foi eleito vereador em Sousa e atuou como Secretário de Ação Social do município. Lafayette Gadelha ao lado de sua irmã Myriam Gadelha administraram a Rádio Líder<sup>20</sup>. Assumem também as principais secretarias no município, Noemia Rachel de Araújo Gadelha (Secretaria de Saúde), Antônio Nóbrega Gadelha Queiroga (Secretaria de Planejamento Social) e

---

19 Neto de Capitão Manoel Gadelha, primeiro líder político na região. Salomão Gadelha é filho de José de Paiva Gadelha e Miriam Benevides Gadelha. José Gadelha era irmão de André Avelino de Paiva Gadelha (Zabilo Gadelha), ex-vice-governador da Paraíba. Pertencente a uma das famílias tradicionais da política paraibana, tendo como reduto eleitoral o Sertão paraibano. É irmão de Marcondes Gadelha, Dalton Roberto Benevides Gadelha, Francisco de Assis Benevides Gadelha (Buega Gadelha). Francisco de Assis é presidente da Federação da Indústria do Estado da Paraíba – FIEP, por mais de quatro mandatos, foi reeleito pela elite empresarial paraibana, mais um mandato para o exercício de 2015 a 2019. Irmão de Salomão Benevides Gadelha ex-prefeito, por dois mandatos, do município de Sousa Paraíba. Irmão de Renato Benevides Gadelha, médico, ex-secretário estadual de infraestrutura, representante da família, atualmente na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (2015-2019). Irmão de Petrônio Gadelha ex-presidente do “Treze Futebol Clube” entre 2005 e 2008. Marcondes é pai de Leonardo Gadelha, deputado estadual em 2006 e suplente de deputado federal pela Paraíba em 2010 e do atual prefeito de Sousa, André Gadelha. Da família Gadelha também se construiu outra linhagem de políticos que estão vinculadas ao Pires. Zabilo Gadelha (irmão de Zé Gadelha) é pai de Fátima Pires. Esta, por sua vez, mãe de Lindolfo Pires. Este é, pelo lado paterno, neto de Lindolfo Pires Ferreira Júnior (Nozinho) que foi deputado por três vezes. Cf. **Jornal Correio da Paraíba**, 29/04/2007.

20 A rádio Líder FM teve sua programação temporariamente suspensa durante a disputa eleitoral de 2012. A justiça constatou que a emissora dedicou mais de 50% do tempo de diversos programas da grade beneficiando o candidato a prefeito André Gadelha (PMDB), em detrimento dos outros candidatos. Cf. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

Renan Gadelha Xavier (Controladoria). Dois membros da família: Renato Gadelha (PSC) se encontra como representante da família na Assembleia Estadual e Marcondes Gadelha (PSC)<sup>21</sup>, primeiro suplente, que assumiu a vaga em 2015, do deputado federal Pedro Cunha Lima, na Câmara Federal. Dalton Gadelha – médico e empresário – atua no ramo da educação no município de Campina Grande. Dalton Gadelha compartilha sociedade da rádio Cidade de Esperança FM<sup>22</sup> com o ex-deputado federal Armando Abílio.

Os Gadelha, como assim são conhecidos na região, expandiram seu arco de atuação para o maior município do interior do Estado – Campina Grande. Neste, Dalton Gadelha domina e controla o sistema de transmissão televisivo afiliada da Rede Cultura – a TV Itararé. Esta está vinculada a uma das maiores instituições de ensino privado do Estado da Paraíba – o CESED<sup>23</sup>, que é composto pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA) e Escola Superior de Aviação Civil (ESAC), que tem como presidente Danton Benevides Gadelha, médico e irmão de Marcondes Gadelha. Além disso, outro irmão, Francisco de Assis Benevides Gadelha, conhecido como Buega Gadelha, foi reconduzido pela clas-

21 Marcondes Gadelha nasceu em Sousa, localizada no sertão paraibano, formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e iniciou a carreira política no final dos anos 60. Ao longo das décadas seguintes exerceu diversos cargos. Eleito deputado federal por seis legislaturas, nos períodos de 1971 a 1975, 1975 a 1979, 1979 a 1983, 1999 a 2003, 2003 a 2007 e 2007 a 2011. Também exerceu o cargo de senador da República no período de 1983 a 1991. Em 2010 candidatou-se a primeiro suplente de senador na chapa de Wilson Santiago. Atualmente é deputado federal e presidente estadual do PSC no Estado. Seu filho Leonardo Gadelha (PSC), ex-deputado federal, foi em 2014 candidato a vice-presidente da República na composição com o candidato a Presidente da República, Pastor Everaldo (PSC).

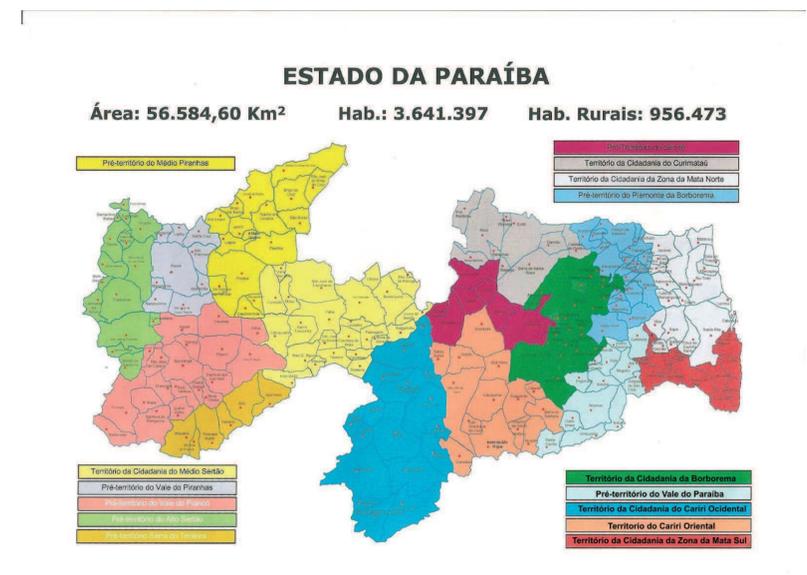
22 Ver: OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

23 O Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (CESED) foi fundado no ano de 1997 em Campina Grande. O CESED criou, em 1999, a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas (FACISA), sua primeira Instituição de Ensino Superior. Mediante o fortalecimento e o crescimento da FACISA, o CESED, na qualidade de mantenedora, fundou mais duas instituições: a Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande — FCM e a Escola Superior de Aviação Civil — ESAC, fundada em 2008. A instituição, em menos de duas décadas, e tendo em vista a política do governo federal através do FIES, construiu, com empréstimos oriundos de financiamento dos bancos estatais e de desenvolvimento, um patrimônio compreendido por treze cursos, além da infraestrutura de alto nível. Dentre os cursos oferecidos pela instituição encontram-se: Administração. Arquitetura e Urbanismo. Biomedicina. Ciências Aeronáuticas. Direito. Engenharia Civil. Enfermagem. Fisioterapia. Medicina. Nutrição. Sistema de Informação. Construção de Edifícios e Jogos Digitais. [http://www.cesed.br/portal/?page\\_id=21432](http://www.cesed.br/portal/?page_id=21432). Acesso 13.maio.2017.

se empresarial paraibana à presidência da Federação da Indústria do Estado da Paraíba – FIEP<sup>24</sup>.

O mapa do estado da Paraíba possibilita uma visualização melhor dos territórios e dos municípios sobre os quais históricas famílias mantêm e detêm domínio político, bem como tem controlado às principais instâncias de difusão da informação e da comunicação nas regiões.

Figura 1 - Mapa do Estado da Paraíba



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/-Rb1AGv-IGIs/URWiYBBjINI/AAAAAAAAAepc/IfqIXc0Q6FI/s1600/mapa-territorial-da-paraiba-completo-imprimir-todas-as-cidades.jpg>. Acesso 13.maio.2017.

Ainda no sertão, no município de Piancó, Wilson Braga, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador da Paraíba, é sócio da Rádio Cidade de Piancó, ao lado de sua irmã Nice Braga. Nice Braga é irmã de Vani Braga, ex-prefeita da cidade Conceição, e mãe de Alexandre Braga Pegado, ex-prefeito da mesma cidade, e de Francisca

24 Cf. [http://www.fiepb.com.br/noticias/2015/09/28/empresarios\\_reconduzem\\_buega\\_gadelha\\_a\\_presidencia\\_da\\_fiepb#sthash.QbqW5E3.dpuf](http://www.fiepb.com.br/noticias/2015/09/28/empresarios_reconduzem_buega_gadelha_a_presidencia_da_fiepb#sthash.QbqW5E3.dpuf). Acesso em 28/12/2015.

Leomar, conhecida como Lola, candidata derrotada à prefeitura em 2012, é sócia da rádio Conceição FM, ao lado da cunhada. A família comandou a cidade por mais de 50 anos, tendo Wilson Braga como a maior liderança do grupo familiar.

A cidade de Princesa Isabel também não escapa. O filho e o neto do Coronel José Pereira Lima, que deflagrou a Revolução de Princesa<sup>25</sup>, Aloysio Pereira Lima e José Pereira Lima Neto, até bem pouco tempo, administram a rádio da cidade. A rádio Princesa é administrada por Aloysio Pereira Lima. Aloísio foi deputado por seis mandatos. Além do filho, Aloysio divide sociedade com o já falecido ex-prefeito da cidade Luiz Gonzaga de Sousa, conhecido como Gonzaga Bento, que é avô do ex-prefeito da cidade, Thiago Pereira de Sousa Soares. A família Pereira domina setores da administração da cidade desde o início do século XX.

Na região do Cariri paraibano ocidental, o herdeiro político da tradicional família Gaudêncio, Álvaro Gaudêncio Neto<sup>26</sup>, partilha a sociedade da rádio. Ex-deputado estadual e ex-deputado federal, Álvaro Gaudêncio é herdeiro de um patrimônio político familiar que remonta

---

25 A Revolta de Princesa trata-se de um evento histórico ocorrido na Paraíba, meses antes da Revolução de 1930. Pode ser entendida como uma reação das elites do Estado ao governo de João Pessoa, que procurava diminuir o poder local dos coronéis. O governo instituiu impostos que taxavam o comércio entre os municípios do interior e o porto de Recife. Ato que desagradou as elites paraibanas. A revolta teve início em 24 de fevereiro de 1930, na cidade de Princesa Isabel, a rebelião foi liderada por José Pereira de Lima, fazendeiro, comerciante, Deputado estadual e uma das lideranças do Partido Republicano da Paraíba, opositor ao Governador João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O deputado declarou apoio a Júlio Prestes, candidato à Presidência da República apoiado pelo presidente Washington Luis. Em represália às atitudes do adversário, João Pessoa ordenou a retirada dos funcionários estaduais de Princesa e destituiu o prefeito e o vice-prefeito da cidade, aliados de Pereira Lima. Esse fato provocou o início da Revolta. Para conter a rebelião, o Governador enviou um grande contingente de soldados para a região de Princesa e ameaçou bombardear a cidade. Após quatro meses de revolta, em 9 de junho de 1930, Pereira de Lima declarou Princesa um território independente da Paraíba e subordinada diretamente ao governo federal. No mês seguinte, João Pessoa foi assassinado por João Dantas, seu inimigo político e aliado de Pereira de Lima. O acontecimento pôs fim à revolta. Em agosto do mesmo ano, milícias paraibanas entraram em Princesa e prenderam os envolvidos na rebelião. Em setembro, o território voltou a fazer parte da Paraíba. Disponível em: <http://elisonaldohistoria.blogspot.com.br/2013/07/a-revolta-da-princesa.html>. Acesso em 26/01/2016. Ver também: RODRIGUES, 1978.

26 As famílias de maior prestígio político do Cariri eram descendentes diretos da união entre o Capitão-mor Domingos de Farias castro e Isabel Rodrigues de Oliveira, que viveram em Cabaceiras/PB, durante o século XVII. Destacam-se entre as famílias os Farias Castro, Castro Farias, Farias Cavalcante, Brandão (tronco que originou os Maracajá), Barros Leira, Romeu, Costa Ramos, Correia de Queiroz (tronco que originou os Brito e os Gaudêncio) e Sousa Varjão. Ver: MOREIRA, 2012; MEDEIROS, 1989.

ao final do século XIX. É filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Serra Branca, Álvaro Gaudêncio Filho. O município até 2016 esteve sob o comando administrativo de Eduardo Torreão, um dos herdeiros locais dos Gaudêncio. A rádio Serra Branca FM tem como sócio o empresário e ex-deputado estadual Manoel Alceu Gaudêncio e Marcos Torreão Mota. Ainda no cariri, o irmão do ex-deputado estadual Carlos Batinga (PSB), por exemplo, Alberto Jorge Batinga Chaves, é sócio-diretor da Rádio Cidade AM de Sumé, na ponta sul da Paraíba, região de atuação política do deputado. Ele também é sócio de uma rádio com o mesmo nome em Cuité, cidade localizada no extremo norte do Estado.

Na região do Brejo paraibano, mais especificamente no município de Guarabira, José Rafael Aguiar, que foi segundo suplente do ex-senador Cícero Lucena (PSDB), é sócio diretor da Rádio Cultura do município. Além dele, outros parentes também foram sócios da Rádio Guarabira FM. Em Guarabira, Léa Toscano (PSDB), ex-deputada estadual, ex-prefeita e esposa do atual prefeito do município Zenóbio Toscano (PSDB) e mãe da deputada estadual Camila Toscano (PSDB), é sócia da Rádio Constelação. O deputado estadual Raniery Paulino<sup>27</sup> (PMDB), filho do ex-deputado federal e ex-governador Roberto Paulino (PMDB), família que disputa com os Toscano o poder político local. É sócio da Rádio Guarabira FM. Ainda no Brejo, Armando Abílio ex-deputado federal e ex-presidente do PTB, é sócio da Rádio Cidade Esperança, no município de esperança, situado no Brejo paraibano.

Ainda na região do Brejo – em Bananeiras – Clóvis Bezerra Cavalcanti, já falecido, mas que ainda até bem pouco tempo constava como sócio na lista do Ministério das Comunicações foi governador do Estado por um ano (1982-1983), vice-governador em dois mandatos, prefeito da cidade de Bananeiras e deputado de meados da década de 1940-1980, e sócio da Rádio Integração do Brejo – na cidade de Bananeiras – ao lado de Mozart Bezerra Cavalcanti e Afrânio Ataíde

---

27 O deputado estadual Raniery Paulino (PMDB), está na quarta geração de políticos da família originária em Guarabira. A tradição política familiar, segundo ele, vem desde o ex-deputado e ex-prefeito de Guarabira, Osmar Aquino. Osmar Aquino é primo de sua mãe, Fátima Paulino, ex-prefeita da cidade, e do seu avô, Antônio Paulino. O pai de Roberto Paulino é ex-prefeito de Guarabira e ex-governador do Estado da Paraíba. Cf. CORREIO DA PARAÍBA, 29/04/20007, em artigo “**Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba**”, escrito por Adelson Barbosa dos Santos.

Bezerra Cavalcanti. O primeiro foi prefeito do município vizinho, D. Inês, e o segundo, deputado estadual. A família permanece disputando e atuando na política. Herdeiros desta família são: Augusto Bezerra Cavalcanti Neto e Antônio Hervásio Bezerra Cavalcanti<sup>28</sup>, que atualmente se encontra como deputado estadual. Porém, vale salientar que, desde 1992, a rádio passou a ser administrada pela diocese de Guarabira.

Em Guarabira, município situado na região do Brejo paraibano, como já mencionado, a sociedade da Rádio Guarabira FM, é dividida entre o deputado estadual Raniery Paulino (PMDB), da família que disputa a política na região e que fora oposição ao governador Ricardo Coutinho (PSB), e oposição ao grupo político local liderado por Zenóbio Toscano. Todavia, o Sistema Correio de Comunicação historicamente no Estado tem se posicionado e apoiado os candidatos do PMDB, embora não declare tal posição. Com a chegada de Ricardo Coutinho (PSB) ao governo do Estado, em 2011, no final do seu primeiro mandato, em 2013, o Sistema Correio de Comunicação passou a está na órbita do governo estadual.

Entrevistando o prefeito da cidade, Zenóbio Toscano, jornalistas da Rádio Correio em João Pessoa insinuaram, ao vivo, que a entrevista pudesse não ser retransmitida na rádio Guarabira FM, em virtude de romper com os interesses do grupo político dos Paulino. O diretor de radiojornalismo do sistema Correio, o jornalista, que também é dono do portal *PoliticaPB*, da revista *Politika* e, à época, pré-candidato a deputado estadual, Fabiano Gomes, foi enfático e declarou que, se isso acontecesse, o sócio deveria “pegar o seu boné”, isto é, acabar com a sociedade, já que os interesses políticos do Sistema de Comunicação na região agora são outros.

Diante de tal configuração, vê-se que o poder político encontra-se entrelaçado com outros poderes. Tornando-se, na prática, quase impossível dissociar os interesses dos agentes políticos dos interesses das

28 É do mesmo tronco de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Este ex-presidente do Estado da Paraíba em 1930. Sobrinho do presidente Eptácio Pessoa. João Pessoa casou-se com Maria Luisa de Sousa Leão, filha do ex-governador de Pernambuco, Segismundo Gonçalves. João Pessoa foi Auditor Fiscal no governo federal. Na presidência do seu tio Eptácio Pessoa foi escolhido para o cargo de juiz do Superior Tribunal Militar, a mais alta corte da justiça militar no país, cargo que exerceu até assumir o governo da Paraíba. Cf. LEWIN, 1993, p.320-321.

instituições, visto que estas agem de acordo com os agentes e são construídas pelos valores que lhes imprimem. As disputas políticas no estado não só dividem os grupos, mas também se refletem na divisão dos meios de comunicação, os quais são controlados pelos grupos locais e estaduais que se revezam no poder. O campo político<sup>29</sup>, como já mencionado, é um campo também e, fundamentalmente, de lutas simbólicas por meio de imposição de princípios de *di-visão*<sup>30</sup>. O que está em jogo, muitas vezes, é o poder de impor uma visão do mundo social através do princípio de *di-visão* que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realiza o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo<sup>31</sup>.

Em Santa Rita – município situado na região metropolitana de João Pessoa, Capital da Paraíba, – a continuidade e imbricamento entre os meios de comunicação e os agentes políticos permanecem. Severino Maroja, conhecido como o eterno prefeito de Santa Rita<sup>32</sup>, é dono da Rádio Santa Rita. É esposo da ex-deputada estadual, por quatro mandatos, Estefânia Pedrosa Maroja. Severino Maroja é pai de Rachel Maroja, com quem divide a administração da rádio e o gosto pelos cargos públicos. Raquel foi candidata a uma vaga na Assembleia Legislativa em

29 O pai de Raniery Paulino (PMDB), Roberto Paulino (PMDB), foi prefeito da cidade entre 1977 e 1982, sucedido por Zenóbio Toscano 1983-1988 (PSDB). Roberto Paulino retoma o poder em 1989 a 1992 e foi sucedido por Jäder Soares Pimentel, 1993 a 1996; quando assume Léa Toscano (PSDB) por dois mandatos de 1997 a 2004; sucedida por Maria de Fátima Paulino (PMDB), por dois mandatos 2005 a 2012; até que Zenóbio retoma o poder para o mandato de 2013-2017.

30 Termo empregado por Bourdieu para designar que no mundo social, constituído por relações de poder, as lutas simbólicas se impõem pela disputa das visões de mundo. Os agentes ao impor suas visões de mundo, permitem, assim, a di-visão do próprio mundo entre dominadores e dominados. Nesse sentido, o termo di-visão é empregado propositalmente para designar que o mundo social se divide também a partir da visão, da concepção de mundo incorporado pelos agentes; por meio da disputa de visões e concepções de realidades, disputa-se o espaço social.

31 Conforme BOURDIEU, 2011, p.113.

32 Severino Maroja foi prefeito por três mandatos (1982-1988; 1996-2000; 2000-2004) em Santa Rita. Sua esposa Estefânia Pedrosa Maroja foi deputada estadual por quatro mandatos e seu irmão Zé Luís Maroja foi eleito deputado estadual por mais um mandato. Raquel Maroja, filha de Severino Maroja e de Estefânia Maroja é empresaria. Filha da tradicional família de políticos santaritenses, Raquel em todas as administrações do seu Pai Severino Maroja, como prefeito de Santa Rita, foi peça fundamental, no exercício da administração. Raquel também atuou assessorando sua mãe Estefânia Maroja nas quatro vezes em que foi deputada estadual. Raquel atualmente está na direção da Rádio 100.5 a FM Líder em audiência na região. Há mais de 15 anos, a frente da rádio, a empresária colocou a 100.5 FM, entre as mais ouvidas da grande João Pessoa. Ver: <http://www.jornal1005noticias.com.br/2011/08/diretora-da-radio-1005-raquel-maroja.html>. Acesso em 20/01/2016.

2010. A relação entre poder político e controle da mídia não se trata de um fenômeno das regiões e dos municípios situados no sertão ou no cariri. É um fenômeno que se estende por todo o território do Estado, tendo como controladores as elites política e econômica locais.

Em Santa Rita, os interesses também se dão em torno do poder político familiar. Aos olhos de muitos, o poder local se reveza entre duas famílias. Seriam duas famílias que disputariam o poder local. Mas, ao fazer uso da genealogia, vê-se que a família Maroja é do mesmo tronco familiar dos Ribeiro Coutinho<sup>33</sup>. Trata-se de forças políticas e econômicas que controlam e dominam o poder público local há mais de meio século. Famílias que têm se perpetuado por meio dos seus her-

33 Flávio Quinto Ribeiro Coutinho (PMDB) é filho do ex-prefeito de Santa Rita e ex-deputado estadual Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Marcus Odilon é irmão de Flávio Ribeiro Coutinho Filho – conhecido como Flavianinho – ex-deputado estadual e ex-deputado federal. Ambos são filhos de Flávio Ribeiro Coutinho. Este irmão de Flávio Ribeiro Coutinho. Filho de João Ribeiro da Silva Coutinho e Ana Ferreira de Castro Ribeiro Coutinho. Flávio Ribeiro Coutinho teve onze irmãos. Flávio Ribeiro Coutinho nasceu a 20 de julho de 1882, na fazenda Chaves, localizada no distrito Gurinhém, que posteriormente se emanciparia do município de Pilar. Após seus estudos de primeiras letras, Flávio Ribeiro Coutinho foi levado ao internato no Instituto Bananeirense, sob a direção de Sizenando de Miranda Henriques, onde concluiu o primário. Em seguida, cursou o secundário no Colégio Diocesano Pio X, na capital da Paraíba. Em 1901, desembarcou no cais do porto de Salvador, capital da Bahia, onde se matriculou na faculdade de Medicina. Seu tio materno, que também se chamava Flávio, seguiu o mesmo roteiro na década de 1880, no século XIX. Casou com Berenice Mindello, com quem teve seis filhos: Francisco Leocádio, Ana Rita, Berenice Maria, Francisca Ninos, José Painho e João Crisóstomo Ribeiro Coutinho. Em 1922, Flávio Ribeiro Coutinho associou-se aos irmãos na compra da Usina S. João, integrando a firma “João Úrsulo & Irmãos”, e posteriormente adquiriu por conta própria a Usina Cumbe, a que deu o nome de Santa Rita. De firma individual passou a Sociedade Anônima a 27 de março de 1933. Fundou e instalou a 29 de março de 1947, o Banco Comércio e Indústria da Paraíba S/A, cuja primeira diretoria fora constituída: Presidente: Flávio Ribeiro Coutinho; Vice-Presidente: Odilon Maroja Ribeiro Coutinho; Secretário: Flávio Ribeiro Coutinho. A relevância desta casa bancária em favor da Paraíba, ressaltava, principalmente, do princípio de que, maior parte de seus capitais seriam empregados em prol das iniciativas locais. Começando o banco com um capital de cinco milhões de cruzeiros em 1947, teve-o aumentado para dez milhões e, por fim, em 1955, já o era da ordem de vinte e cinco milhões. Líder político em Itabaiana, Flávio elegeu-se deputado estadual para a legislatura de 1924/1927, sendo reconduzido em 1947, quando presidiu a Assembleia Legislativa em pleno Processo Constituinte estadual. Foi vice-governador do Estado, deputado federal eleito em 1930, presidente efetivo da UDN na Paraíba em 1945, 1946, 1950 e 1953, e governador eleito do Estado da Paraíba em 1956. As exacerbações do processo eleitoral anterior não poderiam se repetir. As principais correntes oligárquicas do Estado partiram para um acordo e lançou-se um candidato de consenso: Flávio Ribeiro Coutinho (UDN). O pequeno PST, contra o acerto dos grandes latifundiários e empresários do Estado, indicou um candidato de protesto, Renato Teixeira. Flávio teve 90,3% dos votos: 180.228 contra 19.251 de Renato. Ausentou-se do cargo em dezembro de 1957 para tratar da saúde no Rio de Janeiro, aonde viria a falecer em maio de 1963. Cf. MAIA, 1977.

deiros, ocupando cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. A título de reforço argumentativo, depois de 30 anos de disputas no município de Santa Rita, entre Ribeiro Coutinho e Maroja, em 2014 caminharam unidos para a disputa das eleições municipais daquele ano<sup>34</sup>.

Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, ex-prefeito de Santa Rita (1978; 1988; 2004; 2008) e ex-deputado estadual, tornou-se adversário político de Severino e Estefânia Maroja (marido e esposa) em 1982. Desde esse período, o controle do poder político local passou a ser revezado entre o comando dos Maroja e dos Ribeiro Coutinho. Com auxílio da genealogia, percebe-se que se tratou de estratégia utilizada pelo grupo familiar o que objetivou ainda mais acúmulo de poder político em uma só família. Marcus Odilon e Severino Maroja são primos, portanto, originários do mesmo tronco. Em 2014, Marcus Odilon propôs uma chapa encabeçada pelo atual vice-prefeito, Gilvandro dos Anjos (que não é da família) para prefeito, tendo o ex-prefeito Severino Maroja como vice. A composição foi aceita em comum acordo com Ana Lúcia (primeira dama) e Flávio Quinto Ribeiro Coutinho (ex-deputado estadual), pelo lado dos Ribeiro Coutinho, e Estefânia e Raquel (mãe e filha) pelo ramo dos Maroja<sup>35</sup>.

A relação entre o poder político e o poder midiático não se resume ao controle das rádios locais. Outras instâncias de poder também são ocupadas pelos agentes políticos e empresários. É a informação como uma mercadoria de alto valor numa sociedade em que a cultura do espetáculo torna-se central. Além do controle sobre as rádios locais, controlam-se os mecanismos de comunicação e de dominação simbólica, que possuem uma *abrangência* em todo o território do Estado da Paraíba. Na Paraíba, os dois principais sistemas de comunicação se encontram sobre o controle de empresários que atuaram na política. Trata-se da Rede Paraíba e o Sistema Correio de Comunicação. O controle sobre estes sistemas de comunicação só demonstra a força que esses agentes têm na esfera estatal. E a forma como mantêm relações estreitas com o os mais altos cargos ocupados na burocracia estatal.

34 Disponível em <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012>. Acesso em 06/11/2015. Ver também: Idem, 1977.

35 Disponível em <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012>. Acesso 13/05/2017.

A Rede Paraíba de comunicação, afiliada da Rede Globo, formada pelo *Jornal da Paraíba*, a TV Paraíba e a TV Cabo Branco, as rádios CBN e Cabo Branco e o portal G1, é administrada pelo grupo São Braz. Grupo este pertencente à família Silva, que tem José Carlos da Silva Júnior como sócio. Silva Júnior, empresário, foi vice-governador da Paraíba de 1983 a 1986, na gestão Wilson Braga (PSD). Posteriormente, foi suplente de senador de Ronaldo Cunha Lima (PMDB), assumindo o cargo, em virtude do afastamento do titular, em 1996, 1997 e 1999.

Em matéria<sup>36</sup> circulada na imprensa em 15/05/2011 destacava que

no dia 17 de junho de 2010, um fiscal da *Receita Estadual multou a São Braz SA Indústria e Comércio de Alimentos em R\$ 5.074.432,58, por uma dívida acumulada pelo não pagamento do ICMS no valor de R\$ 2.537,216,29, relativa aos anos de 2005, 2006 e 2007. Passados quatro meses deste auto de infração, no dia 20 de outubro de 2010, não só a multa foi cancelada e a dívida extinta, como todo o processo foi apagado como num passe de mágica do sistema centralizado na Secretaria da Receita do Estado. O autor desta façanha fiscal e tributária foi o então secretário da Receita, Nailton Rodrigues Ramalho, que em uma canetada só, sem consultar o Conselho Fiscal da Secretaria, que está acima do titular do cargo, e, muito menos, a Procuradoria do Estado, resolveu avocar para si a decisão de perdoar uma dívida de um poderoso grupo empresarial e subtrair R\$ 7,5 milhões dos combatidos cofres estaduais. À época, o que circulava na mídia estadual, era se Nailton recebeu ou não autorização do ex-governador e hoje atual senador José Maranhão (PMDB). Em sua justificativa, o secretário Nailton Ramalho desconheceu o trabalho do fiscal da Receita e a existência da dívida, argumentando que “a direção superior desta secretaria não foi devidamente comunicada sobre o procedimento adotado para que se procedesse a re-fiscalização de trabalhos, anteriormente, realizados por Auditor fiscal Tributário”. Já o fiscal da Receita Newton Arnaud Sobrinho, que lavrou o auto de infração, ao contrário do secretário, identificou 21 faltas de recolhimento do imposto estadual, entre o período de 1 de outubro de 2005 e 31 de outubro de 2007. Outro fato que chama bastante atenção, além do perdão de dívida milionária e a consequente extinção do débito e do processo como um todo, foi a celeridade da tramitação na Receita*

36 Conforme <https://paraibafoje.wordpress.com/2011/05/15/empresario-jose-carlos-convoca-uma-reuniao-de-emergencia-para-discutir-o-escandalo-da-sao-braz>. Acesso em 10/11/2015.

do Estado. Apenas cinco dias após o secretário Nailton Ramalho dar a canetada em prol do grupo São Braz, o Gerente Executivo de Fiscalização, Luiz Mário de Brito Marinho, no dia 25 de outubro de 2010, encaminhou a determinação do secretário para a Gerência de Tecnologia de Informação da Receita para o cancelamento da infração N 93300008.09.00000246/2010-07 e, conseqüentemente, do processo em geral, perdoando assim uma dívida de R\$ 7,5 milhões, antecipando para o mês de outubro de 2010 o Natal do grupo São Braz. (grifo meu)

O texto transcrito trata de um escândalo anunciado na Paraíba, em 2011, que envolve o ex-senador e empresário dono da Rede Paraíba de Comunicações. Trata-se de um dos homens mais ricos do Estado. Tal matéria demonstra o quanto as redes de relações e de poder se estendem às decisões e aos órgãos vinculados ao Estado. Observa-se que um perito de um órgão responsável pela fiscalização da arrecadação de impostos do Estado, devido à ausência de pagamentos de impostos à referida instituição, impetrou uma ação através da qual multou a empresa São Braz SA Indústria e Comércio de Alimentos, em R\$ 5.074.432,58, por ausência de pagamento de ICMS, no decorrer de três anos.

A matéria destaca que, “passados quatro meses deste auto de infração, no dia 20 de outubro de 2010, não só a multa foi cancelada e a dívida extinta, como todo o processo foi apagado como num passe de mágica do sistema centralizado na Secretaria da Receita do Estado”. O texto sinaliza para as relações espúrias que, muitas vezes, existem entre as elites econômicas e as elites empresárias. Trata-se de relações que, quase sempre, estabelecem-se entre instituições públicas e agentes do mercado. Conforme temos demonstrado, quanto maior o volume do capital econômico e do *capital político-familiar* maior a probabilidade de acesso e de influência sobre as instâncias burocráticas da administração. O que possibilitou inclusive, no exemplo supracitado, que o sistema de controle da receita “cancelasse e apagasse” a multa gerada<sup>37</sup>.

37 Em um Estado regido e operacionalizado por uma gramática fundamentada no universalismo de procedimentos, caberia ao empresário entrar com uma ação na esfera cabível e de competência para provar que o agente da receita estadual estava equivocado. O simples recibo de pagamento e/ou as notas referentes à arrecadação do imposto pelo Estado, o conduziria a declarar sua idoneidade tributária junto ao Estado da Paraíba. Porém, a narrativa acima, nos traz indícios de que as relações

Mas este não é um caso isolado. Roberto Cavalcanti, empresário e ex-senador, que controla o Sistema Correio na Paraíba, afiliada da Rede Record, também foi envolvido em escândalos milionários<sup>38</sup>. O Sistema Correio de Comunicação é administrado pela família de Roberto Cavalcanti. O sistema reúne as TVs Correio e RCTV, o jornal *Correio da Paraíba* e o *Paraíba Já*, o portal Correio e várias rádios. A maior parte das concessões está nos nomes de Beatriz Albuquerque Ribeiro, Maria Alice Albuquerque Ribeiro e Martha Albuquerque Ribeiro<sup>39</sup>. Outras estão registradas no nome de Roberto Cavalcanti Filho, todos parentes de Roberto Cavalcanti, que também detém concessões em seu nome. Roberto Cavalcanti foi suplente do senador José Maranhão (PMDB) e chegou a assumir o cargo em 2006 e de 2009 a 2011, depois de executar, através de seus veículos, uma intensa campanha pela cassação do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB). Assim como a política, a mídia também tem se constituído em um negócio de família. A quantidade de políticos que possuem concessionárias é considerável. Muitos são beneficiados pelas concessões sem solicitá-las em seu próprio nome.

---

foram construídas por meio do acesso que o empresário tem para com agentes da alta burocracia estatal. Isto só ratifica o peso que exerce o capital econômico nas redes de relações construídas. O acesso não se deve meramente por questões pessoais, mas, e fundamentalmente, pelo capital impessoal econômico.

38 Em matéria publicada em 21/11/2008 no site do Congresso em Foco apresentou o perfil do candidato que assumiu a vaga do senador José Maranhão. Trata-se do “empresário paraibano Roberto Cavalcanti Ribeiro, o suplente que assumirá a vaga do senador José Maranhão (PMDB) por conta da cassação do governador Cássio Cunha Lima (PSDB)”. Roberto Cavalcanti respondia à época a um processo na Justiça Federal por corrupção ativa, estelionato, formação de quadrilha, uso de documentos falsos e crimes contra a paz pública. O caso tramita desde 2004 na 3ª Vara da Justiça Federal da Paraíba e é conhecido no Estado como o “escândalo da Fazenda Nacional”. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por ser um dos ex-diretores da Indústria e Comércio de Materiais Plásticos (Polyutil), depois transformada em Associação de Participação e Gestão Compartilhada (Plastfort). As duas empresas, segundo a denúncia do MPF, deixaram de pagar um financiamento de R\$ 18,8 milhões junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Ainda de acordo com os procuradores da República na Paraíba, o esquema foi feito por meio de operações fraudulentas realizadas por uma quadrilha de ex-servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional (PNF). A quadrilha conseguia extinguir débitos tributários inscritos na Dívida Ativa da União para emitir certidões negativas. A Polyutil, presidida por Roberto Cavalcanti, que, em seguida, trocou de nome para Plastfort, foi uma das maiores beneficiadas. Cf. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/suplente-de-maranhao-responde-a-processo-por-corrupcao/> Acesso em 18/02/2016.

39 Conforme artigo publicado no Observatório da Imprensa intitulado “**Política no ar e no sangue**” de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013, p.2.

A família “Cunha Lima” e a família “Maranhão”. Duas famílias que, nas últimas décadas, disputaram as melhores posições no campo político da Paraíba. A primeira, construída em torno de Ronaldo José da Cunha Lima e, a segunda, em torno de José Targino Maranhão. Ambos figuram entre os ex-governadores que detêm parentes com concessionários de radiodifusão. A rede Tamandaré, da cidade de Picuí, é uma sociedade de Savigny Rodrigues da Cunha Lima e Silvana Medeiros da Cunha Lima. Além disso, o suplente de senador, à época, de Ronaldo Cunha Lima, foi o empresário e proprietário da Rede Paraíba, que contou com a suplência de Silva Júnior, dono da Rede Paraíba de Comunicações, afiliada da Rede Globo. O ex-governador e atual senador, não fugindo da regra, em Araruna, cidade natal, sua irmã Wilma Targino Maranhão é sócia, ao lado de Magda Maranhão, da Rádio Serrana. A família domina e participa das disputas políticas na região, por mais de meio século de poder. Wilma é prefeita da cidade, seu filho, Benjamin Maranhão, é deputado federal e Olenka Maranhão é deputada estadual. Como senador, em 2003, José Targino Maranhão, ainda contou com a suplência de Roberto Cavalcanti, proprietário do Sistema Correio de Comunicação, conforme mencionado acima.

## Considerações finais

Depreende-se que na órbita do poder político, algumas concessões estão em nomes de terceiros ou de parentes de políticos influentes, como é o caso do Deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP), ex-ministro das cidades, irmão da deputada estadual Daniela Ribeiro (PP). Herdeiros políticos de Enivaldo Ribeiro (PP) e da prefeita do município de Pilar-PB, Virgínia Veloso Borges (PP). Segundo dados do Observatório do Direito à Comunicação e da Folha de São Paulo, o ex-ministro controla através de terceiros, as concessões das rádios Cariri AM e PB FM<sup>40</sup>.

---

40 Cf. Artigo publicado no Observatório da Imprensa intitulado “**Política no ar e no sangue**” de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013, p.2.

A cartografia do poder, nesse sentido, permite perceber essa complexa rede de famílias e de poder, em patrimônios, cargos e insígnias simbólicas. Permite, ainda, estabelecer as conexões entre as estruturas de parentesco e as estruturas de poder (OLIVEIRA, 2012). Sem o recurso à genealogia, dificilmente se consegue visualizar a teia que forma a rede de poder político na Paraíba. Assim, a genealogia, associada à investigação histórica e à produção simbólica e material desses grupos, fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a investigação acerca da construção social da riqueza e da pobreza em nosso país. Permite desvendar as estratégias utilizadas, em períodos de longa duração, pelos ricos e poderosos. (OLIVEIRA, 2012)

Tal constatação reforça o argumento de que o capital econômico e o *capital político-familiar* possibilitam acesso ao Estado, o que permite através das redes de relações e privilégios dessas “famílias” o acesso às concessões e autorização das rádios. A concessão ou autorização fornecida pelo Estado brasileiro (através de aprovação no Congresso ou por meio da autorização do Ministro das Comunicações) tem como critério o peso político dos agentes. As rádios, nesse sentido, passam a ter “donos”. Na prática, o Estado transfere algo que é de sua competência para as famílias políticas. Tornou-se emblemática a resposta do ex-senador Atilio Fontana (1963-1971), eleito pelo PSD, à época, ao ser entrevistado por repórter da Rádio Rural do município de Concórdia, em que o entrevistador afirma: “senador, o microfone é todo seu. O senador não perde tempo e responde: Não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda”. (LIMA & LOPES, 2007, p.08) Esse simples recorte discursivo, embora pareça uma anedota folclórica, simboliza a relação entre os agentes políticos e controle que estes mantêm para com o aparato midiático local.

Não se trata apenas de um recorte discursivo, mas de um *modus operandi* que demonstra a força política dos agentes dentro do campo. Estes não só controlam as rádios – enquanto estrutura de comunicação – controlam os conteúdos e as informações que são e devem ser divulgadas e/ou transmitidas. Se antes, os agentes políticos das tradicionais linhagens, possuíam poder político e econômico que permitiam a dominação por meio da gramática do clientelismo, agora, com a mo-

dernização conservadora do aparelho de Estado, para além de dominar os corpos dos despossuídos historicamente de capital cultural e capital econômico, exercem domínio, também, sobre os cérebros dos sujeitos. É o Estado brasileiro garantindo, por meio das concessões públicas e de autorizações, o fortalecimento do poder privado das históricas famílias políticas do Estado. Famílias que se perpetuam e se reproduzem no poder com e no Estado.

O exposto nos permite perceber uma verdadeira rede política que se constitui no Estado. Rede na qual as famílias políticas formam elos que permitem acessar diversas outras instituições. São famílias que controlam os setores da educação superior, melhores aposentadorias públicas, as melhores remunerações de juros e lucros, as conexões com os melhores cargos no aparelho de Estado e as conexões entre as melhores posições e melhores [redes] de capitais sociais<sup>41</sup>. As famílias políticas mencionadas, em sua grande maioria, famílias tradicionais, no século XIX e segunda metade do século XX, detinham o controle sobre a propriedade da terra.

Com o processo de industrialização no século XX e o paradigma tecno-informacional no século XXI, estes agentes latifundiários ampliaram seus patrimônios, por meio das redes de parentesco e atuação dos familiares, no âmbito do aparelho de Estado. Além de controlar a propriedade da terra, muitas delas passaram a atuar em outros setores da economia. Muitos migraram para o setor empresarial: construção civil, ensino superior particular.

Esse processo se deu, mais uma vez, com o apoio do Estado brasileiro por meio de empréstimos realizados por esses grupos – a fundo perdido – e com baixas taxas de juros junto aos bancos públicos para financiar os empreendimentos no espaço urbano. Se na década de 1930, 1950 e 1960, as políticas de combate às secas na região possibilitaram o aumento do patrimônio de muitas dessas famílias<sup>42</sup>, no século XXI, as políticas de financiamento do ensino superior – junto às faculdades

41 Cf. OLIVEIRA, 2012, p.54.

42 Para uma melhor compreensão acerca das políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro na região Nordeste no período militar. E a intervenção planejada na economia regional sugere-se a leitura do Capítulo 3 – O Papel do Sistema Institucional de Crédito. Cf. BURSZTYN, 2008, p.53-74.

particulares – através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e Programa Universidade Para Todos – PROUNI, configura-se na continuidade das políticas que, se por um lado, dar acesso aos sujeitos ao ensino que historicamente foram excluídos em nosso país, por outro, fortalece “as famílias dos políticos”. Parece-nos ser uma tendência deputados federais, senadores ou parentes destes serem proprietários de Faculdades ou Centros de Ensino particulares, bem como atuarem no ramo da construção civil. Além do controle dos meios de comunicação, como esboçado.

Não é por mero acaso, destino ou providência divina que, desde 1930, muitas destas famílias se perpetuam no poder e continuam – por meio dos herdeiros – controlando e ditando as regras da política na Paraíba. Embora tenham ocorrido transformações significativas nos últimos 14 anos, estas ainda não foram capazes de modificar e transformar o padrão de representação e dominação política no Estado. É possível identificar – por meio da genealogia – que, desde o processo de instauração do regime democrático liberal, aproximadamente 20 famílias dominam os principais cargos e assumem os postos dos melhores salários públicos no Estado, além de se revezarem no poder.

## Referências

- ALVES, Alessandro Cavassin. (2015). **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Nova Letra.
- BOURDIEU, Pierre. (1973). A opinião pública não existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em **Les Temps Modernes**, 318. [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod\\_resource/content/1/A\\_Opini%C3%A3o\\_P%C3%BAblica\\_N%C3%A3o\\_Exist\\_%28Pierre\\_Bourdieu%29.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Exist_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf)
- \_\_\_\_\_. (1979). **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minit.
- \_\_\_\_\_. (1997). **Sobre a televisão**. [Tradução de Maria Lúcia Machado] – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1998) **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2005). O mistério do ministério: das vontades particulares à vontade geral. In:

- CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. – São Paulo: Estação Liberdade.
- \_\_\_\_\_. (2011). **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil.
- BURSZTYN, Marcel. (2008). **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª Edição, revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB.
- CITTADINO, Monique. (2006). **Poder local e Ditadura Militar: o governo João Agripino na Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc.
- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. (2015). Entre famílias e secretarias: análise do arranjo político administrativo do Paraná (1889-1930). In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau, Nova Letra.
- GURJÃO, Eliete. (1994) O movimento operário e a reação conservadora. In. **Morte e vida das Oligarquias: (Paraíba 1989-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- LEWIN, Linda. (1993). **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record.
- LIMA, Venício A. de Lima & LOPES, Cristiano Aguiar. (2007) **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2014): as autorizações das emissoras como modelo de barganha**. Observatório da Imprensa/Instituto para o desenvolvimento do Jornalismo.
- LOPES, Cristiano Aguiar & LIMA, Venício A. de. (2007). **Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004) – as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Brasília, Observatório da Imprensa.
- MAIA, Sabiniano. (1977). **Flávio Ribeiro Coutinho, história de uma vida e época**.
- MEDEIROS, Tarcísio Dinoá e MEDEIROS, Martinho Dinoá. (1989) **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília, CEGRAF.
- MIGUEL, Luiz Felipe & BIROLI, Flávia. (2017). **Notícia em disputa. Mídia, democracia e Formação de Preferências no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto.
- MONTEIRO, José Marciano. (2017) **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: Editora LiberArs.
- MONTEIRO, José Marciano e ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. (2016). Parentesco, poder político e representação feminina na 55ª legislatura na câmara federal. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores, p. 507-563.
- MOREIRA, Márcio Macedo. (2012) **Entre os Britos e Gaudências: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação em História. João Pessoa.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2015). Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Porto Alegre. Disponível em [http://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias\\_Pol%C3%ADticas\\_Desigualdade\\_e\\_Estratifica%C3%A7%C3%A3o\\_Social\\_no\\_Brasil\\_Contempor%C3%A2neo](http://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias_Pol%C3%ADticas_Desigualdade_e_Estratifica%C3%A7%C3%A3o_Social_no_Brasil_Contempor%C3%A2neo) Acesso em 14 novembro de 2015.
- \_\_\_\_\_. (2012). **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight.
- \_\_\_\_\_. (2001). **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo.

RAMOS, Severino. (1991). **Agripino – o Mago de Catolé**, João Pessoa, A União.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. (1978). **A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba 1930)**. João Pessoa, SEC/ A UNIÃO Ed.

STADNIK, Célia. (1991). **A hipótese do fenômeno do coronelismo eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil**. Porto Alegre, Curso de Jornalismo, PUC/RS, mimeo.

VALENCIANO, Tiago. (2015). A nova geração do nepotismo na política paranaense. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau, Nova Letra.

VANALI, Ana Crhistina. (2016). Professoras Correia de Freitas: trajetórias femininas na Curitiba republicana. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores.

## Jornais

Jornal Correio da Paraíba, 29/04/2007.

CORREIO DA PARAÍBA, 29/04/2007, em artigo “Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba”, escrito por Adelson Barbosa dos Santos.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

# PARTIDOS POLÍTICOS